



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

15 DE SETEMBRO DE 2018

PRESIDENTE

António Augusto Ribeiro

1.ª SECRETÁRIA

Cláudia Alexandra da Cruz O.G. e Vilaverde

2º SECRETÁRIO

Carlos Alberto Morais de Oliveira

LOCAL DA REUNIÃO

Sede da União de Freguesias de Carva/Vilares

MEMBROS PRESENTES

22 (última folha da ata)

MEMBROS AUSENTES

00(última folha da ata)

HORA DE ABERTURA

14:40 Horas

HORA DE ENCERRAMENTO

19:00 Horas

PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE

Mário Artur Correia Lopes

VICE-PRESIDENTE

António Luís Marques

VEREADORA

Vilma Cláudia Ribeiro Pereira

VEREADORA

Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR

Raul António Ribeiro Luís

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, iniciou a sessão começando por saudar todos os presentes, em especial o Sr. Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares e todos os habitantes desta União de Freguesias, agradecendo a presença de todos.

Conforme preceitua a alínea c) do nº 1 do art.º 30 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da assembleia Municipal de Murça, do dia 15 de setembro de 2018 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão do dia 30/06/2018”

Votação:

Votantes 21

Abstenção 07

Contra 00

A Favor 14

Deliberação: aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: *Do Grupo Parlamentar do PS, os deputados: João Carlos Gomes, Maria Edite Sousa, o Presidente da Junta de Freguesia de Candedo e a representante da Junta de Freguesia de Fiolhoso.*

Do Grupo parlamentar do PSD: Ana Catarina Gouveia e Judite Sousa e o Presidente da união de Freguesias de Carva/Vilares.

Declaração de Voto: “Por não terem estado presentes na sessão em apreço”.

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, cumprimentou todos os presentes e pediu a palavra apenas para colocar um ponto de ordem à mesa, referindo que após a análise dos documentos distribuídos é de opinião que o ponto 17 da Ordem do Dia, não deveria ter sido agendado e trazido a votação, porque constitui uma ilegalidade e porque viola o PDM – Plano Diretor Municipal e necessariamente, sendo uma ilegalidade e ao violar o PDM, qualquer decisão que aqui fosse tomada incorria numa invalidade. Esclareceu que este ponto tem por base o Decreto-Lei 165/2014, em que no art.º 3º estipulava que o prazo, para a apresentação deste tipo de candidaturas terminava a 4 de janeiro de 2016. Posteriormente, este prazo, através da portaria 68/2015 foi alargado até 24 de julho de 2017, significando que o prazo terminou impreterivelmente no dia 24 de julho de 2017. Ora, segundo lhes foi dado a conhecer o requerimento foi apresentado na Câmara em 23 de abril de 2018, ou seja, em data posterior. Nesta data já não era possível requerer o que foi requerido. Mas, para além disso a própria Informação Técnica prestada pela Técnica Superior da Autarquia é referido que aquilo que é requerido desrespeita o nº 3 do artigo 37 do PDM, porque não cumpre a distância mínima relativamente ao aglomerado populacional, estando a menos de 200 metros exigido. Concluiu referindo que por estes dois motivos, lhes parece que qualquer decisão tomada favorável a este ponto seria necessariamente inválida. Face a estas duas questões solicitou à mesa a retirada deste ponto.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, sugeriu que se discutisse essa questão só no momento da discussão do ponto, apenas para não interromper a sequência dos trabalhos.

Deu nota do expediente recebido, referindo que o mesmo se encontra disponível para ser consultado se assim o entenderem.

Leitura do Expediente

(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

ANAM:

- Remete tabela para preenchimento sobre adesão à ANAM

ANAM:

- Remete convite à participação na discussão pública do projeto de lei de bases da habitação;

ANAM:

- Remete informação sobre o Regimento da ANAM;

ANAM:

- Solicita pagamento das Quotas à ANAM;

ANAM:

- Remete informação sobre o Site da ANAM;

Ministério da Administração Interna:

- Remete informação sobre a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais;

Câmara Municipal de Murça:

- Propostas para inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 15/09/2018;

Daniel Faceira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 15/09/2018;

Presidente da Junta de Freguesia de Fiolhoso:

- Justificação pela ausência e E-mail de substituição, relativo à sessão do dia 15/09/2018;

Joaquim Pinto:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 15/09/2018;

Pedro Teixeira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 15/09/2018;

Grupo Parlamentar do PS:

- Remete Voto de Pesar.

_____/_____/_____

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

-A deputada do PS, Edite Sousa, cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura do **Voto de Pesar** apresentado pela bancada do PS, que se transcreve:

V o t o d e P e s a r

De acordo com o ponto 2 do artigo 21.º do Regimento da Assembleia Municipal de Murça mandato 2017-2021, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Murça propõe:

Um voto de pesar pelo falecimento, dia 16 de Agosto de 2018 com 50 anos de idade, do amigo e antigo membro desta Assembleia Municipal Carlos Manuel Alves Teixeira, natural da vila de Murça.

Carlos Manuel Alves Teixeira foi eleito nas listas do Partido Socialista em 2005, para a Assembleia Municipal de Murça e reeleito em 2009.

Foram 8 anos ao serviço da Assembleia Municipal, onde exerceu para além das funções de Deputado Municipal as funções de elemento da Mesa da Assembleia Municipal.

15 Setembro de 2018

P`lo Grupo Parlamentar do Partido Socialista de Murça da Assembleia Municipal de Murça

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, após a leitura do Voto de Pesar apresentado colocou o mesmo à votação, referindo que pessoalmente também viveu esse drama porque os pais são seus vizinhos e por isso quando alguém parte, tenha a idade que tiver é sempre alguém que deixa o nosso mundo de relações.

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura de uma recomendação apresentada à Câmara Municipal pela sua bancada parlamentar, que se transcreve:

“RECOMENDAÇÃO VII | 15 Setembro de 2018

Grupo Parlamentar Partido Socialista da Assembleia Municipal de Murça

PLANO MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA DA CM MURÇA

Na sequência da modernização e simplificação administrativa e da administração eletrónica fortemente implementada e impulsionada pelo Governo de Portugal e por fundos estruturais de programação comunitária que pretendem promover e desenvolver a modernização administrativa em Portugal e cuja ação se desenvolve em três eixos principais, atendimento, transformação digital e simplificação.

Em plena vigência da sociedade digital e tecnológica será imprescindível, a bem da coesão territorial e da igualdade de oportunidades, que a Câmara Municipal de Murça possa pugnar (junto das entidades competentes) pela boa cobertura de rede móvel em todo o território do Concelho de Murça, bem como pela plena cobertura de fibra ótica e excelente sinal de Televisão Digital Terrestre.

Numa estratégia de promoção territorial turístico dotar os principais equipamentos turísticos de QRCode e disponibilizar WI-FI gratuito nos principais pontos turísticos, como seja o centro histórico da Vila de Murça, Castro de Palheiros, Via Romana, Parque Natural Regional do Vale do Tua, entre outros.

Numa perspetiva de simplificação administrativa e de pleno contacto entre a autarquia, residentes, eleitores e lusodescendentes será importante reforçar o contacto digital com a criação de plataformas digitais na homepage da Câmara Municipal de Murça e aplicações em Smartphone, bem como a disponibilização dos mais diversos formulários on-line e capacidade de submeter os mesmo via digital.

O contacto via correio eletrónico também deve ser potencializado, entre os serviços autárquicos e os utilizadores dos mesmos.

Por fim e a título meramente simbólico mas paradigmático sugere-se que o pagamento dos diferentes serviços prestados pela CM Murça como por exemplo refeições escolares possa ser também liquidados via payshop ou num terminal ATM (Multibanco).

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal recomenda ao executivo da Câmara Municipal que se desenvolva e implemente um Plano Modernização Administrativa e Tecnológica.

Não obstante considerarmos que a presente recomendação deve ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal, deixamos essa decisão ao critério da Mesa da Assembleia Municipal.”

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou os presentes e procedeu à leitura de uma questão colocada à Câmara Municipal pela sua bancada, que se transcreve:

“A Bancada Parlamentar do Partido Socialista de Murça solicita ao Sr. Presidente da Câmara uma resposta por escrito à seguinte questão:

Desde o dia 1 de novembro de 2017 até à presente data, quantas pessoas foram admitidas pela Câmara Municipal, respetivos nomes, assim como locais onde desempenham as suas funções/cargos, referentes a Contratos de Tarefa, Contratos de Avença, Contratos de Emprego Inserção CEI e CEI+ e Estágios Profissionais?”.

- O deputado do PSD, José Santos, cumprimentou todos os presentes e referiu dois assuntos:

Programa "Aldeias Seguras" e "Pessoas Seguras"

Reuniu a CDFCI e as Juntas de Freguesia do Concelho, no passado dia 26/07/2018, sobre o Programa “Aldeias Seguras” e “Pessoas Seguras”, visando prevenir e atenuar os efeitos dos incêndios rurais, por via de ações de sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco, divulgação de medidas de autoproteção e realização de planos de evacuação, em articulação com as autarquias locais, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, para 2018.

Neste sentido, foi criado nos Municípios e nas aldeias a função de “oficial de segurança da aldeia”, que terá como missão “transmitir avisos à população, organizar a evacuação dos aglomerados populacionais em caso de necessidade e fazer ações de sensibilização junto da população.

Na presença do Comandante Operacional Distrital de Vila Real (CODIS) foi efetuada uma sessão de esclarecimento com os oficiais de segurança e distribuídos os kits de autoproteção.

PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL

Foi aprovado o POM em sede de Comissão da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

O Plano Operacional Municipal (POM) define a estratégia de prevenção e combate dos incêndios florestais e regula a articulação entre entidades e organismos municipais e distritais.

O POM segue as diretrizes do Plano Operacional Distrital, que por sua vez se apoia na Diretiva Operacional Nacional.

Este plano detém uma aplicação municipal, sendo o mesmo atualizado anualmente”.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, cumprimentou os presentes e questionou o Sr. Presidente da Câmara se não haveria possibilidade de junto das operadoras de telemóveis solicitar a colocação de uma antena, por forma a obter melhor cobertura de rede móvel naquela zona da União de Freguesias de Carva/Vilares. Disse que foi com agrado que verificou a conclusão dos trabalhos no muro, em

Cortinhas e questionou para quando a execução das obras de saneamento, em Fonte Fria. Se já existe projeto e se já foi feita alguma candidatura.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, cumprimentou todos os presentes e em especial as gentes da União de Freguesias de Carva e Vilares. Registou com alguma preocupação o facto dos Srs. deputados nas suas intervenções não se terem referido ao facto destas sessões estarem a ser descentralizadas, uma vez que considera que esta é uma das preocupações deste executivo que é o de poder estar mais perto das populações, daí esta descentralização.

Sobre a questão colocada pelo deputado, Alfredo Veloso disse que reconhece a necessidade em se fazer aquela obra, em Fonte Fria, mas que por agora apenas pode dizer que foi feita uma candidatura em dezembro, para que aquela obra fosse financiada e que a mesma não foi aprovada. Das 5 candidaturas que foram apresentadas pela Câmara Municipal de Murça nenhuma delas foi aprovada, desconhecendo o motivo. Neste momento, está em curso uma reentrada daquela candidatura ao Programa POSEUR, aguardando-se uma resposta que espera seja positiva. Reconhece que é uma situação bastante preocupante, garantindo que caso a mesma não possa ser financiada, irá procurar avançar com aquele trabalho com financiamento próprio.

Quanto à questão das telecomunicações, disse que este é um assunto que não cabe à Câmara Municipal resolver. Este executivo tem procurado criar condições para que a autarquia possa melhorar a este nível. Pela primeira vez foi criado na Câmara de Murça um departamento na área das tecnologias de comunicação e informação, por forma a procurar desenvolver com objetivos devidamente definidos, tudo aquilo que são as novas tecnologias de informação e comunicação.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou todos os presentes, felicitou a realização das descentralizações das Assembleias Municipais e colocou algumas questões ao executivo que considera pertinentes:

Saber o ponto da situação da passagem efetiva ao sistema multimunicipal das águas do interior norte, uma vez que foi anunciado pelo executivo que a data seria o final do ano, e saber em concreto como estão as negociações com a empresa águas do interior norte, nomeadamente quantos recursos humanos vão estar ao serviço da população do concelho, onde será o espaço físico da empresa no nosso concelho, se já existem candidaturas em nome da empresa para o nosso concelho concretamente requalificação de ETAR, requalificação e novos ramais de saneamento, requalificação do sistema de abastecimento de água;

Saber qual o ponto da situação e o posicionamento do executivo da Câmara Municipal sobre a delegação de competências do governo nas autarquias locais, uma vez que a lei-quadro das

transferências de competências, para as autarquias locais foi publicado a 16 de agosto (lei 50/2018) e estranha não ver uma só palavra por parte do executivo sobre este assunto, que é estruturante para o presente mas essencialmente para o futuro do concelho de Murça;

Saber qual o posicionamento, do ponto de vista político, do executivo sobre a possibilidade de revisão da legislação da reorganização administrativa de Portugal, concretamente o mapa das freguesias, uma vez que o governo PSD/CDS fundiu freguesias, a regra e esquadro, contra a vontade das populações e agora o atual governo do PS dá sinais de reverter ou repensar os mapas administrativos, qual a opinião do executivo sobre essa matéria.

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado Arménio dizendo que o posicionamento político a estas três questões não pode ser a reboque seja de quem for. São temas bastante importantes que devem ser discutidos de forma responsável e consciente, dada a pertinência de cada um deles.

Foi recebida uma comunicação do Ministério da Administração Interna onde diz que até ao dia 15 de setembro teria de se deliberar se a autarquia de Murça quer em 2019, no âmbito da Lei 50/2018, aceitar aquela descentralização administrativa. Em termos formais e não havendo legislação sectorial aprovada não faz qualquer sentido tomar uma posição seja do que for.

Na Área Educativa a Câmara Municipal de Murça já tem esta descentralização e na Área da Saúde ainda há muito para discutir e perceber.

Sobre o novo modelo administrativo das Juntas de Freguesia, disse que se tivessem o modelo inicial talvez fosse benéfico, para as freguesias. Contudo, se a questão se vier a colocar, procurará ouvir as pessoas e tomar uma decisão que agrade à maioria.

Quanto ao assunto das águas, disse que este é mais um processo que a Câmara de Murça tem de gerir. Daquilo que foi apontado como estratégia no âmbito da CIMDOURO e envolvendo os 19 municípios que compõem a CIM era que iriam ser criadas duas empresas, uma a norte do rio Douro e uma outra a sul. O processo está em curso no que respeita à criação e implementação da empresa das Águas do Interior Norte, que irá fazer a gestão do abastecimento de águas em baixa (gestão do fornecimento de água do depósito até ao consumidor) e está apontada a data de 1 de janeiro de 2019, para iniciar. A empresa a criar e a forma como ela lhes foi apresentada, facilita a obtenção de apoios aos investimentos que são necessários fazer, porque caso seja a autarquia a candidatar-se a esses apoios para fazer renovação de condutas de água, já não é possível ter esses apoios. Perante essa possibilidade a Câmara não pode cometer o erro de não utilizar o modelo de financiamento facilitador, mas também é necessário que este processo avance, porque se em 2019 o mesmo não ficar

concluído, alguma atitude terá de ser tomada porque os problemas de saneamento e as dificuldades no abastecimento de água que existem em algumas localidades do concelho, urgem ser resolvidas.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, esclareceu que compete à oposição colocar questões ao executivo sobre assuntos pertinentes, que as questões são importantes e que quem governa deve e terá com toda a certeza de ter opinião sobre essas situações, lembrou que o executivo exerce em permanência as funções políticas logo são profissionais da política e dadas as competências inerentes as funções de governação, têm todas as condições de estarem melhor informados e de informar a Assembleia Municipal.

- O deputado do PS, Manuel Ramos, iniciou por cumprimentar todos os presentes e questionou se as empresas de telecomunicações são apoiadas/acompanhadas por algum técnico da Câmara, sempre que é necessário colocar um novo poste, bem como com os contentores do lixo, nomeadamente em saber quantos e onde são colocados, referindo que gostaria de saber se existe algum critério na sua colocação e distribuição. Mais questionou se houve algum critério sobre a nomeação dos Oficiais de Segurança.

Chegou à sessão o Presidente da União de Freguesias de Noura / Palheiros, Luís Miranda.

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, Mário Artur Lopes, disse que o sentido pedagógico do deputado Arménio é interessante e ironizou com a expressão “profissionais da política”. Disse ter registado com agrado aquilo que o deputado referiu, porque também é de opinião que se deve procurar resolver os problemas da nossa terra e não o de qualquer um partido. Os partidos existem, mas o trabalho deve ser sempre em defesa das pessoas e não se deve partir para partidarismos, aludindo a que quando existem questões como a descentralização administrativa e a definição do novo mapa administrativo em termos de freguesias, deve-se por de parte as politiquices e pensar no que é melhor, para as populações.

Sobre as questões colocadas pelo deputado, Manuel Ramos, disse que quando é solicitada a colocação de qualquer antenna, existem regras de licenciamento que têm de ser cumpridas, assim como para os contentores do lixo que também existem regras, para a sua colocação.

- O deputado do PS, Manuel Ramos, esclareceu que não se referia ao número de contentores do lixo, mas sim ao lugar onde os mesmos são colocados, porque vão sendo mudados de sítio sem qualquer ordem.

Quanto à colocação de Postes das Telecomunicações, disse que nas aldeias eles são colocados sem qualquer critério, definido.

- O Presidente da Junta de freguesia de Murça, José Santos, relativamente à questão colocada pelo deputado, Manuel Ramos explicou que as aldeias vão ter um oficial de segurança para transmitir avisos à população, organizar evacuações e realizar ações de sensibilização sobre incêndios no âmbito dos programas Aldeia Segura e Pessoas Seguras. O Oficial de Segurança é alguém que foi indicado pela Junta de Freguesia, com capacidade de liderança, com conhecimentos de segurança, e que seja respeitado pela população, para que sigam as suas orientações.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, sobre a transferência de competências disse que houve um acordo entre o PS e o PSD na Assembleia da República e o que pretende saber é qual o posicionamento do Executivo Municipal de Murça. Este assunto é demasiado importante e que aqui deve existir um posicionamento suprapartidário, uma vez que devemos ter atenção redobrada pois quando existe consenso em Lisboa geralmente é para retirar ou minimizar serviços ao interior.

Lembrou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para reler a intervenção política do Grupo Parlamentar da sessão de 25 abril de 2018, onde fazemos uma observação sobre esta matéria, e onde mencionamos a nossa muita preocupação e as nossas muitas reservas sobre as transferências de competências, podem ser um “presente envenenado” e devemos ter também em consideração a nossa dimensão e recursos.

_____ //

Período da Ordem do Dia

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;
(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2018;

(Alínea c) do nº 1 do artigo 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

3 - Participação variável no IRS para 2019;

(Alínea c) do nº 1 do artigo 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de Contrato de Fornecimento e Transporte de Refeições Escolares, para o ano letivo de 2018/2019;

(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

5 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo ao Ajuste Direto para fornecimento de Serviços de Transportes Escolares no Circuito Terra Quente e Terra Fria, para o ano letivo de 2018/2019;

(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

6 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo ao Ajuste Direto para fornecimento de Serviços de Transportes Escolares no Circuito Terra de Montanha, para o ano letivo de 2018/2019;

(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

7 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a Consulta Prévia para fornecimento de equipamentos multifuncionais de impressão e cópia, para o Município;

(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

8 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de contrato de prestação de serviços - Contrato de tarefa, de cinco operacionais;

(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

9 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de contrato de prestação de serviços - Contrato de avença, de um Técnico Superior na área da Atividade Física e Desportiva;

(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

10 - Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Murça - 1º semestre de 2018;

(nos termos do nº 6 do artigo 59º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

11 - Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Murça;

(Alínea k) do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 setembro)

12 - Candidatura "Trilho do Fidalgo" - Submissão de Candidatura e reconhecimento de Interesse Municipal, para as populações e para a economia local;

(Alínea ccc) do nº 1 do artigo 33 da lei nº 75/2013, de 12 setembro)

13 - Definição da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;

(Alínea b) do número 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 setembro)

14 - Isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias com dependentes a cargo;

(Alínea b) do número 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 setembro)

15 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de contrato de prestação de serviços – Contrato de tarefa, de dois operacionais para o Agrupamento de Escolas;
(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

16 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de contrato de prestação de serviços – Contrato de avença, de seis técnicos superiores, para integrar equipa multidisciplinar no âmbito dos Planos Integrados e Inovadores de Complemento ao Insucesso Escolar do Concelho de Murça;
(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

17 - Reconhecimento de interesse público Municipal.
(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

_____/_____/_____

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;
(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

“Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorre entre o dia 21 de junho de 2018 e o dia 5 de setembro de 2018.

1. O Vereador eleito pelo Partido Socialista José Maria Garcia Costa enviou e-mail com a data de 2 de julho de 2018, apresentando a sua renúncia ao mandato, com o seguinte teor:

“Exo Sr. Presidente Câmara Municipal de Murça Pela presente, apresento a V/Ex.a a minha renúncia ao mandato autárquico, enquanto vereador eleito pelo partido socialista, nessa autarquia. Com os melhores cumprimentos.
José Maria Garcia da Costa.”

A Câmara tomou conhecimento da renúncia ao mandato apresentada pelo Senhor José Maria Garcia Costa, passando a Senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues

da Cruz a assumir o lugar vago de vereador, em regime de não permanência, na Câmara Municipal de Murça, a partir de 2 de julho de 2018, pelas 09:35 horas, na qualidade de cidadão eleito imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. Encontrando-se presente, o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista definitiva do Partido Socialista para a Câmara Municipal de Murça, foi pelo senhor Presidente, após ter sido verificada a sua identidade e legitimidade para o preenchimento da vaga, investido no mandato de Vereador em regime de não permanência da Câmara Municipal de Murça integrando, a Senhora Ana Paula Rodrigues da Cruz, em definitivo o Órgão Executivo do Município e, tendo iniciado de imediato as suas funções, passou a tomar parte nos trabalhos da presente reunião.

2. Realizou-se no dia 19/06/2018, reunião de avaliação da Feira Franca Porca de Murça 2018, onde foram divulgados os resultados dos inquéritos efetuados aos expositores. Dos 50 inquéritos efetuados 93% registaram como aspetos positivos, o local, o conceito, o nome Porca de Murça, as vendas e a organização do evento. Dos inquiridos apenas 7% registaram como aspetos negativos, a climatização e o número de dias de exposição, que poderia ser um pouco mais alargado.

3. Procedeu-se à abertura de procedimento concursal para as faixas de gestão de combustível em algumas vias Municipais. O valor da adjudicação foi de 46.226,00€ e foi adjudicado à empresa Alfapinus, Lda. Este procedimento tem implicações orçamentais que não eram expectáveis na preparação do orçamento. As Freguesias consideradas prioritárias pelo ICNF foram as Freguesias de Valongo de Milhais, Jou, Carva e Vilares e Fiolhoso, contudo as intervenções foram alargadas a outras zonas do Concelho.

4. Foi publicada no dia 20/06/2018, em Diário da República, 2.ª série, a resolução n.º 2/2018 da Comissão Nacional de Proteção Civil, a qual aprova o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Murça.

5. Reunião da CIMDOURO no dia 20/06/2018, onde foram tratados os seguintes assuntos: a) Plano Intermunicipal Transportes - Modelo da rede; b) Brigada de Sapadores Florestais - Candidatura; c) Regulamento Geral de Proteção de Dados; d) Exploração de urânio em Salamanca; e) Requalificação da Linha do Douro; f) Política vinícola da Região Demarcada do Douro; g) Apoios.

6. No dia 21/06/2018 decorreu uma reunião no Município de Murça relacionada com as obras na Capela da Misericórdia, com o Diretor Regional da Cultura do Norte, e Padre Sérgio Dinis. Esta recuperação/intervenção surgiu no âmbito de um protocolo entre a EDP como financiadora, o Município de Murça e a Direção Regional da Cultura do Norte. Foram, para levar a cabo esta iniciativa, transferidos para o Município de Murça 250.000,00€. A obra tem duas fases. Foi já concluída por 135.000,00€ a recuperação do exterior. Neste momento deveriam estar disponíveis 115.000,00€ para o restauro dos interiores, mas a obra a realizar irá aproximar-se dos 200.000,00€.

7. No dia 21/06/2018 decorreu reunião do Conselho Consultivo da Comarca de Vila Real, nas instalações do Tribunal Judicial de Vila Pouca de Aguiar. Foi efetuada visita às instalações do edifício de Vila Pouca de Aguiar, cujas obras de remodelação se encontram terminadas e discutidos de assuntos gerais da comarca, onde foram levantadas algumas questões importantes para o Tribunal de Murça.

8. Queda de granizo na terra quente no dia 28 de Junho de 2018. Para minimizar e colmatar os efeitos nefastos deste temporal, o Município disponibilizou todos os meios ao seu alcance, designadamente meios operacionais e maquinaria. Os Bombeiros, com toda a disponibilidade, contribuíram, também, com uma preciosa ajuda, assim como a Aflodounorte com a sua equipa de sapadores florestais.

9. No dia 06/07/2018 decorreu reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental CAA, com a seguinte ordem de trabalhos: Aprovação da ata da 21.ª Reunião da CAA; Apresentação dos trabalhos da CAA (ST); Ponto de situação da Implementação das Medidas de Compensação e Planos de Monitorização (EDPP); Apreciação do RSAA 14; Ponto de situação dos compromissos assumidos pela EDPP na 21.ª reunião; Calendarização dos próximos trabalhos da CAA. O Município de Murça continua a reclamar a melhoria das condições na Ribeira de Milhais, que quando o nível do rio baixa, ficam as margens num lamaçal. Os caminhos paralelos ao Rio Tua, serviço contratado pelo Município, estão num estado lastimável, com falhas incompreensíveis. As caixas de receção das águas ficaram muito altas e não cumprem a sua função, os caminhos estão degradados, em alguns locais resvalados, evidenciando uma má opção técnica. Estamos a tentar corrigir estas falhas. Já vamos na 22.ª reunião, quando o previsto era terminar a Comissão de

Acompanhamento na 20.ª reunião, mas, enquanto os trabalhos no Concelho de Murça não estiverem concluídos, este processo não vai terminar.

10. Decorreram como é habitual no segundo fim-de-semana de julho as Festas de Murça em Honra de Nosso Senhor dos Aflitos. Foram dias de grande animação e participação dos Murcenses, tanto nas atividades de entretenimento, como nas atividades religiosas, designadamente nas procissões de sábado com destino ao morro de S. Domingos e domingo pelas tradicionais ruas da Vila de Murça. Reunimos com a Comissão de Festas para fazer o balanço da festa e foi-nos comunicado que os donativos não correram como esperado e há um desequilíbrio nas contas. Pedimos as contas para fazer análise às mesmas e fazer uma proposta dentro de valores razoáveis para levar a reunião de Câmara.

11. O Município de Murça promoveu no passado sábado, 14 de julho, um passeio às termas da Curia e N.ª. Senhora dos Remédios em Lamego, destinado à População Sénior do concelho. O programa iniciou-se com a celebração da Eucaristia no Parque de Merendas da Curia, seguido de um almoço convívio. A tarde continuou com animação musical no Parque das Termas da Curia, onde a boa disposição e alegria foram uma constante. Já de regresso a Murça, ainda houve tempo para um lanche convívio no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego. Esta iniciativa foi realizada com a principal finalidade de estimular a vida ativa e a confraternização entre as pessoas que compõem esta faixa etária.

12. No dia 17/07/2018 decorreu reunião no Douro Histórico, com a seguinte ordem de trabalhos: Apreciação e Deliberação do Relatório Anual da DLBC Rural - Vertente FEADER / FEDER e FSE (Ano 2017); - Decisão Final, Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola e Diversificação da Atividade na Exploração Agrícola; Apreciação e deliberação de diversos Avisos relacionados com Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola, Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização dos Produtos Agrícolas, Diversificação da Atividade na Exploração Agrícola, Renovação de Aldeias - Ponto de situação das candidaturas à Operação 10.3.1. Cooperação Interterritorial e Transacional dos Grupos de Ação Local.

13. No dia 17/07/2018 decorreu uma reunião em Lisboa com o Sr. Secretário de Estado da Educação, com o objetivo de perceber, e, reverter, o porquê de em março de 2018 ter sido atribuído, em reunião da rede de oferta formativa, um curso CEF à Escola Profissional de Murça, que mais tarde se

veio a verificar que não estava homologado na plataforma SIGO, não estando, portanto, atribuído para o ano letivo 2018|2019. Depois da alegação feita ao Sr. Secretário de Estado, este afirmou perentoriamente que o referido curso seria atribuído à Escola Profissional de Murça.

14. Campo de Férias "Verão 2018". Durante três semanas crianças de todo o concelho viveram momentos de aprendizagem, convívio, lazer, animação e muita aventura. Disfrutaram de um variado leque de atividades lúdicas e pedagógicas, onde se destaca a visita ao Museu do Azeite e o picnic no parque da Zona Verde em Mirandela, o passeio a um parque de diversões aquáticas, a visita ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Murça, sessões de cinema, artes e expressão plásticas e muito desporto. Frequentaram o Campo de Férias 80 crianças.

15. Decorreu pela primeira vez no Concelho de Murça, um Campo de Férias para crianças portadoras de deficiência, que para além do valor lúdico, desportivo e cultural, abrangem um carácter social e pedagógico. Este programa pretendeu preencher uma lacuna de organização social que se verifica na falta conceção de programas de férias especializados para as crianças e jovens com necessidades especiais.

16. O Município de Murça irá fornecer gratuitamente os livros de Fichas (Cadernos de atividades) para o ano letivo de 2018/2019, abrangendo pela primeira vez todos os alunos do 1º e 2º Ciclos. Estes Kits serão entregues aos alunos em data e local a definir com o Agrupamento Escolar. Deste modo, pretendemos deste modo reforçar o apoio às famílias e contribuir para o sucesso educativo dos alunos do nosso Município.

17. Caminhos da Freguesia de Candedo. Foi manifestada a preocupação dos agricultores da Freguesia de Candedo, com o estado de conservação e manutenção dos caminhos, decorrentes do uso e das chuvas intensas que se fizeram sentir no mês de julho que agravou o estado dos mesmos. O Regime Jurídico das Autarquias Locais, através da linha ff), do artigo 16.º, na Lei 75/2013, de 12 de setembro, determina como competência material da Junta de Freguesia, "Proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais". Sendo caminhos que estão aqui em causa, reunimos com a Junta de Freguesia de Candedo, para transmitir a preocupação dos agricultores e em conjunto efetuar levantamento das necessidades para efetuar trabalho extra de carácter excecional nos caminhos da Freguesia de Candedo. Sendo o nosso Concelho essencialmente

agrícola, é nossa obrigação apoiar e criar as condições necessárias para que os agricultores possam exercer a sua atividade da melhor forma. Informamos os Municípios da Freguesia de Candedo através de edital, a esclarecer o tipo de intervenção que ia ser feito nos caminhos, para que pudessem também acompanhar o decorrer dos mesmos. As intervenções começaram no dia três de agosto e ainda decorrem.

18. Bagos D'Ouro. Decorreu em 21/07/2018 a Cerimónia de Entrega de Diplomas e Prémios de Mérito no Parque Florestal de Mascanho. Foi um dia de convívio entre toda a família Bagos d'Ouro. A atuação da escola de música da Banda Marcial de Murça tornou ainda mais especial o momento de entrega dos 62 diplomas e 10 prémios de mérito.

19. Visita da Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna, Dr.ª Isabel Oneto, no dia 24/07/2018, para tratar de assuntos relacionados com o quartel da GNR. As atuais instalações estão em más condições de utilização. Murça é um dos quartéis referenciados com necessidade de requalificação ou nova construção. Existe um projeto para a Escola N.º 2 que em tempos foi efetuado que poderá ser recuperado para este investimento.

20. CIMDOURO, realizou-se reunião em Penedono no dia 25/07/2018, onde foram abordados temas relacionados com o Plano de ação intermunicipal para as alterações climáticas no douro - Aprovação e discussão pública; Brigada de Sapadores Florestais - Termo de Aceitação; Aquisição de bens e serviços para capacitação técnica da Autoridade de Transportes; Concessão da Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão - Consulta pública; Provere Douro - Notificação da intenção de aprovação do Plano de Ação; Brigada de Sapadores Florestais - Candidatura à 2ª BSF; Aquisição e implementação de sistemas informação para planeamento, modelação e gestão de redes - Candidatura; Caracterização da oferta e procura para planeamento redes - Candidatura; Eficiência Energética na Administração Local - Quadro de Compromissos - Alteração dos investimentos de VNF; PDR 2020 - Quadro de Compromissos - Inserção de investimentos de SNC; Revisão dos PDM - Atuação comum.

21. Reunião no dia 26/07/2018, entre Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Juntas de Freguesia e Proteção Civil, onde foram abordados assuntos como a aprovação dos Planos, Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras". As aldeias vão ter um "oficial de

segurança" para transmitir avisos à população, organizar evacuações e realizar ações de sensibilização sobre incêndios no âmbito destes programas. Estes programas têm como objetivo prevenir e diminuir os efeitos dos incêndios e foram desenvolvidos em parceria com as autarquias.

22. Rampa, Porca de Murça 2018, realizou-se nos dias 28 e 29 de julho e o balanço foi positivo. O observador da FPAK fez um louvor à prova deste ano e no final da temporada saberemos a pontuação que teve a Rampa deste ano.

23. "Festival 8 Mãos, Monumentos com música dentro" foi apresentado no dia 30/07/2018 na Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, no âmbito da CIMDOURO. O nome do festival "oito mãos" porque todos os grupos são em formação de quarteto. "Monumentos com música dentro" porque os concertos são realizados em património classificado ou de interesse Municipal.

24. ADRVT, reunião com Dr. Artur Cascarejo no dia 31/07/2018, relacionado com a decoração das portas de entrada, que vão funcionar na sala do parque urbano. Foi atribuído a cada Município uma cor e um sentido diferentes. Em Murça o sentido explorado vai ser o "aroma" e a cor vai ser o verde água que está relacionado com o vinho e o azeite.

25. Agrupamento Escolar, reunião como Professor José Alexandre e Professor Humberto no dia 06/08/2018. Foram abordados os seguintes assuntos tendo em vista o próximo ano letivo: Deliberação sobre os prémios de mérito; gestão do pessoal não docente; refeições escolares; orquestra energia; atividades de enriquecimento curricular; conselho municipal de educação; transportes.

26. Entrevista com Isabel Angelino no dia 09/08/2018 para a RTP, programa RTP Mais Perto, com tema dedicado ao fenómeno da Emigração e as Festas que se realizam nesta altura do ano.

27. O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos das autarquias locais de natureza representativa. Compete à Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito da Oposição. No Município de Murça, esta competência encontra-se delegada no Presidente da Câmara Municipal, por deliberação tomada em 7 de novembro de 2017. As Autarquias locais elaboram, até ao fim de Março o Relatório de avaliação referente ao ano anterior. A proposta de relatório foi enviado aos titulares do direito de oposição, a fim de que sobre ele

se pronunciassem e darem os seus contributos com resposta a três questões. A proposta foi enviada ao Presidente da Assembleia Municipal António Augusto Ribeiro (com conhecimento), Albertino José Castro Lousa e Pedro Barroso Magalhães (Vereadores do PSD no mandato 2013-2017), Raul António Ribeiro Luís e Ana Paula Rodrigues da Cruz (Vereadores do PS no mandato 2017-2021), Renato Benídio (Líder parlamentar do PSD mandato 2013/2017) e João Carlos Gomes (Líder parlamentar do PS mandato 2017/2021). Pronunciaram-se apenas Albertino José Castro Lousa e Ana Paula Rodrigues da Cruz. Nunca antes no Município de Murça tinha sido dada a oportunidade aos titulares de direito de oposição, a possibilidade de se pronunciarem por escrito sobre o relatório/proposta, um facto que devemos enaltecer, aliás, o último relatório efetuado reporta ao ano 2014.”

28. Homenagem aos emigrantes do concelho, na presença do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, e dos dois Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Europa, Carlos Gonçalves e Paulo Pisco. Estiveram presentes também dois dos 5 Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Vila Real, Manuela Tender e Luís Pimentel. José Luís Carneiro foi recebido pela Banda Marcial de Murça, nos Paços do Concelho e o almoço teve lugar nas Caves da Adega Cooperativa de Murça. Estava presente Helena Esteves Batista, a Vice-Presidente da Associação dos Emigrantes Lesados do BES, as escritoras Altina Ribeiro e Isabel Mateus, entre muitas outras personalidades. Durante a tarde foi organizado um Debate sobre “Comunidades Portuguesas de ontem e de hoje – Como podem os Emigrantes ajudar o concelho de Murça?”. O debate foi moderado por Carlos Pereira, Jornalista, Diretor do LusoJornal, e originário de Murça, com os dois Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Europa, Carlos Gonçalves e Paulo Pisco, a autarca de Metz, Nathalie de Oliveira, a Presidente da Secção da Europa do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), Luísa Semedo, e o ex-Presidente da Confederação das Comunidades Portuguesas do Luxemburgo, José António Coimbra Matos.

29. Reunião ordinária do Conselho Intermunicipal (CIMDOURO) em Murça, nas Caves da Adega Cooperativa de Murça, no dia 29/08/2018, com os seguintes assuntos: PROJETOS INTERMUNICIPAIS - CADASTRO DE INFRAESTRUTURAS - Concurso público para elaboração: Decisões do TAF / Proposta de contratação de apoio jurídico; EMPREENDEDORISMO - Implementação da rede Empreendouro (fase I) - Ratificação do procedimento; INOVAÇÃO - Elaboração

de "Estudo de Tendências de Inovação no sector Agroalimentar" - Abertura Concurso; PAIAC Douro - Aquisição de Serviços para a "Organização e realização do Fórum «Alterações Climáticas no Douro» - Ratificação do Procedimento; Aquisição de Serviços para o "Desenvolvimento, produção e distribuição de materiais de divulgação e sensibilização, no âmbito da candidatura ao POSEUR do PAIAC Douro" - Ratificação do procedimento; CANDIDATURAS - FUNDO FLORESTAL PERMANENTE - Brigada de Sapadores Florestais - Candidatura à 2ª BSF; NORTE2020 - PROVERE Douro 2020 - Aprovação da proposta final; PDCT DO DOURO - EMPREENDEDORISMO - SI2E - AVISO N.º NORTE-M7-2017-38: Reforço das dotações a concurso; Festival 8 mãos - ratificação da adjudicação; Política Vitivinícola da Região Demarcada do Douro - Posição sobre a Casa do Douro.

30. Aquisição de duas carrinhas de transporte com lugar para 16 passageiros mais motorista. A Lei 13/2006, de 17 de abril, define o regime jurídico do transporte coletivo de crianças até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de educação e ensino, creches, jardins-de-infância e outras instalações ou espaços em que decorram atividades educativas ou formativas, designadamente os transportes para locais destinados à prática de atividades desportivas ou culturais, visitas de estudo e outras deslocações organizadas para ocupação de tempos livres. Para fazer face a esta Lei, o Município recorre a serviços externos, uma vez que o seu parque automóvel nesta área está completamente obsoleto. Para além deste constrangimento, outros serviços, designadamente com associações ficam comprometidos, uma vez que as carrinhas do Município têm capacidade máxima de 9 lugares.

Contratos de aquisições de serviços em execução

31. Aquisição de serviços Projeto de Execução de "Requalificação do espaço público no Bairro do Pinheirinho", Adjudicação - Valor: 11.500,00 €; Execução de Contrato; Empresa: Gepmur.

32. Aquisição de serviços Projeto de Execução de "Requalificação do espaço público junto ao cemitério", Adjudicação - Valor: 8.500,00 €; Execução de Contrato; Empresa: Gepmur.

33. "Projeto de Reconversão do Espaço adjacente ao Antigo Edifício da Cooperativa dos Olivicultores de Murça", Adjudicação - Valor: 5.700,00 €; Execução de Contrato; Empresa: Aguiar Maia Arquitetos.

34. Reconversão do Ex-edifício da Cooperativa dos Olivicultores para Serviços Operacionais da C.M.M.", Adjudicação - Valor: 11.300,00 €; Execução de Contrato; Empresa: Aguiar Maia Arquitetos.

35. Projeto de Execução de Arquitetura para "Recuperação da Casa do Soldado Herói Milhões e Conceção de Memorial no Jardim Herói Milhões", Abertura do Procedimento; Adjudicação - Valor: 8.400,00€; Documentos de Habilitação; Prestador de Serviços: Hélder Filipe Manso Teles.

Contratos de empreitadas em execução

36. Expansão da Zona Industrial de Murça - Fase 3, Preparação e lançamento do concurso publico; Preço base: 195.000,00 €; Estado do procedimento: Em fase de publicação do anúncio de concurso publico.

37. Faixas de Interrupção de Combustível, Abertura do Procedimento; Valor: 5.985,85€; Envio do Convite - Caderno de Encargos; Estado do procedimento: Concurso Deserto.

38. Recuperação de Linhas de Água afetadas pelos Incêndios de 2017, Valor: 47.169,81€; Estado do procedimento: Identificação de empresas a convidar com alvará de obras públicas.

Candidaturas a programas de financiamento

39. "Candidatura ao Programa Valorizar -Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior" Candidatura P038218. O projeto "SOLDADO MILHÕES | O HERÓI DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA" consiste na valorização do turismo militar, turismo da natureza e do turismo de cariz museológico. Pretende-se com este projeto, recuperar a casa do Soldado Milhões, criar um Núcleo Museológico no espaço da casa com o espólio da família e indumentária da época, criar o "Trilho do Milhões", que representaria a rota de ligação da casa ao centro do município e criar um Memorial no centro da vila sobre o tema "A Trincheira", onde se demarcará o inicio do caminho que nos levará á casa do Soldado Milhões, contendo um pouco da história do Soldado Milhões na batalha de La Lys, bem como proceder á identificação dos nomes de todos os soldados do concelho de Murça que representaram Portugal na 1.ª Grande Guerra.

✓ Montante de Investimento Total: 427.630,65€

✓ Montante de Investimento Elegível: 427.630,65€

✓ Montante Financiado (Fundo de Turismo): 384.867,59€

✓ Contrapartida Local: 42.763,06€

40. "Programa BEM - Beneficiação de Equipamentos Municipais". Beneficiação do Estádio Municipal de Murça - A intervenção proposta consiste na substituição integral do relvado sintético, substituição de portas interiores em madeira, substituição/beneficiação de cacifos, pintura interior e reparação de uma das torres de iluminação bem como substituição de todos os projetores que se encontram obsoletos.

✓ Montante de Investimento Total: 299.980,00€

✓ Montante de Investimento Elegível: 299.980,00€

✓ Montante Financiado (DGAL): 179.988,00 €

✓ Contrapartida Local: 119.992,00€

41. Aprovação da Candidatura NORTE-08-5266-FSE-000189 "Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar", que visa promover a melhoria do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, combatendo o insucesso escolar e reforçando as medidas que promovem a equidade no acesso à educação básica e secundária.

✓ Foi Aprovada a Candidatura com um investimento total elegível: 302.091.31€

42. Candidatura "Trilho do Fidalgo". Vai ser submetida a candidatura com a designação acima referida, cujo objetivo é preservar, conservar, valorizar os elementos patrimoniais locais, paisagísticos e ambientais, com uma extensão total de 6.3 Km, é circular e tem o seu início e fim na porta de entrada de Murça do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT), passando pelos monumentos históricos da vila.

✓ Montante de Investimento Total: 78.621,70€

✓ Montante de Investimento Elegível: 78.621,70€

✓ Montante Financiado: 39.310,85 €

Contrapartida Local: 39.310,85€

43. Serviço de Abastecimento de água e saneamento - avarias nas redes de distribuição de abastecimento de água: Castelo (1), Sobreira (3); Murça

- (8); Sobredo (3); Noura (4); Porrais (2); Jou (3); Palheiros (1); Ratiço (1); Penabeice (2); Candedo (2); Mascanho (2); Serapicos (1); Cortinhas (2); Carvas (1).
44. Avarias em Ramais de abastecimento de água: Porrais (2); Monfebres (2); Sobreira (3); Sobredo (3); Cadaval (1); Vale d'Égua(1); Serapicos (1); Cortinhas (1); Noura (2); Carva (3); Varges (2); Carvas (1); Salgueiro (1); Murça (5); Vilares (4).
45. Ramais novos de abastecimento de água: Carvas (1); Fiolhoso (3); Sobredo (2); Murça (2); Palheiros (1); Varges (1); Sobreira (1).
46. Desobstruções de redes de saneamento: Fiolhoso (1); Sobredo (2); Murça (3); Palheiros (1); Cadaval (1); Sobreira (1); Noura (1); Valongo de Milhais (1); Varges (1); Sobreira (1); Porrais (1).
47. Ramais novos de saneamento: Sobredo (1).
48. Tratamento e controlo contínuo da qualidade da água fornecida na rede;
49. Manutenção contínua dos sistemas elevatórios pertencentes ao município;
50. Remodelação da rede elétrica e informática no edifício de apoio à Divisão de Tecnologias de Informação e Comunicação;
51. Foram realizadas operações de arranjo do largo junto a capela de S. Domingos;
52. Foram desenvolvidos trabalhos de limpeza no rio, junto a Zona de Lazer do Rio Tinhela;
53. Execução de vários trabalhos de serralharia, designadamente um portão para o cemitério de Vale d'Égua;
54. Colocação de sinalética vertical em vários locais;
55. Foram reparados vários trabalhos de reparação de buracos em calcetas em Sobredo, Palheiros, Fiolhoso, Vilares, Martim e Porrais.
56. Os serviços operacionais apoiaram várias festividades em localidades do Concelho com montagem de barracas, reforço de contentores e colocação de grades;

57. Manutenção nos vários edifícios do município (Jardim de infância, Camara, Centro Escolar, Residência de estudantes e biblioteca);
58. Reparação e restauro de equipamentos em espaços públicos, nomeadamente bancos do largo do Fiolhoso.
59. Variadíssimas operações de manutenção dos jardins existentes (corte, rega, adubação, substituição de plantas);
60. Embelezamento de jardins com colocação de casca de pinheiro e gravilha em alguns locais, como o Jardim do Pelourinho e várias rotundas.
61. Reparação do sistema elevatório do furo junto ao centro de saúde (colocação de nova eletrobomba e quadro de comando) que serve, também, de origem para a rega de jardins.
62. Informação dos processos de obras e outros objeto de despacho:

Aprovação de Projetos de Arquitetura / Especialidades/Prorrogações e Outras				
Requerente	Localidade	Tipo de Projeto/Processo	Data do Pedido	Data do despacho
Manuel Rodrigues Fernandes	Cadaval	Proj. Arquitetura/Habitação	2017/10/24	2018/07/04
Carlos Manuel Teixeira Pinheiro	Murça	Proj. Arquitetura/Habitação	2018/02/19	2018/07/03
Delfim Martinho Fernandes e Raquel Sofia Sabrosa	Cortinhas	Proj. Arquitetura/Habitação	2018/05/21	2018/07/26
Armanda Maria Alves Esteves	Novainho	Proj. Arquitetura/Reconstrução Habitação	2018/06/29	2018/07/24
Manuel Ferreira Lopes Dias	Cadaval	Construção de um muro de vedação	06/08/2018	23/08/2018
Lúcia da Conceição Augusto Batista	Valongo de Milhais	Construção de um muro de suporte e vedação	06/07/2018	23/08/2018
Paulo André Batista Alves	Paredes	Construção de um muro de vedação	06/07/2018	23/08/2018
Dalva Maria Teixeira Ribeiro	Martim	Construção de um muro de vedação	04/06/2018	29/08/2018

Emissão de Alvarás de Licenciamento e Utilização e Outros

Requerente	Localidade	Tipo de Projeto/Processo	Data do Pedido	Data do despacho
Duarte Filipe Gomes Canedo Carvalho	Noura	Certidão de interesse público	2018/06/25	2018/06/26
Manuel Belmiro dos Anjos	Carva	Lic. Construção/Habitação	2018/06/26	2018/07/02
Manuel Augusto Rodrigues	Murça	Lic. Ocupação Via Pública	2018/05/21	2018/07/06
Margarida Alexandra Félix Nunes Enes	Murça	Emissão de Título de CP	2018/07/02	2018/07/11
Célia Andreia Félix Nunes	Murça	Emissão de Título de CP	2018/07/02	2018/07/11
Deolinda Maria da Costa Esteves	Banho	Lic. Utilização/Habitação	2018/06/04	2018/07/04
António Cândido Ribeiro Novo	Murça	Lic. Utilização/Arrumos	2018/05/30	2018/06/29
Florinda Maria Pereira de Oliveira	Murça	Emissão de alvará de aquisição de sepultura	2018/04/11	2018/05/02
Maria Amélia dos Santos Teixeira Moura	Murça	Emissão de alvará de aquisição de sepultura	2018/04/23	2018/05/03
Cabeça de Casal de Herança de Luísa Ribeira Guerra	Murça	Emissão de alvará de aquisição de sepultura	2018/06/19	2018/07/09
Manuel Gomes Carneiro Lopes	Murça	Emissão de alvará de aquisição de sepultura	2018/07/04	2018/07/12
Manuel Gomes Carneiro Lopes	Murça	Emissão de alvará de aquisição de sepultura	2018/07/04	2018/07/12
Armandina Esteves da Cruz Moutinho	Ribeirinha	Lic. Construção/Muro de suporte	2018/02/16	2018/07/25
Manuel Campo Meireles	Murça	Lic. Utilização/Fração A do edifício sito na	2018/07/16	2018/07/24
Amália Rodrigues de Sousa	Murça	Lic. Utilização/Serviços	2018/06/21	2018/07/24
António Joaquim Nunes Ferreira	Cadaval	Lic. Utilização/Habitação	2018/07/04	2018/07/30
Rui Manuel Rodrigues Melro	Candedo	Lic. Utilização/Habitação	2018/07/25	2018/07/30
Silvano Silva Moutinho	Salgueiro	Lic. Utilização/Armazém agrícola	2018/07/12	2018/07/31
Maria da Conceição Gonçalves Teixeira	Murça	Certidão de Isenção Lic. Utilização Art.º 620	2018/07/12	2018/07/30
António Castro Madureira	Fiolhoso	Certidão Isenção Lic. Utilização Art.º 1033	2018/07/24	2018/07/27

Manuel Albertino Veloso Marques e António Luís	Murça	Certidão isenção Lic. Utilização Art.º 717	2018/07/12	2018/07/30
Cabeça de casal de Herança de Manuel Mendes	Murça	Autorização de Utilização - Habitação	13/08/2018	20/08/2018
Carlos Emanuel Teixeira Correia	Carvas	Autorização de Utilização - Armazém Agrícola e Extração de Mel	23/07/2018	22/08/2018
Ricardina Augusta dos Anjos	Carva	Certidão de Isenção de autorização de utilização	03/08/2018	22/08/2018
Adosinda dos Anjos Gomes	Carva	Certidão de propriedade	11/07/2018	17/08/2018
José Luís Carvalho Alves	Murça	Declaração de isenção de licenciamento de obras para construção de um tanque	06/08/2018	06/08/2018
Matmendes-Materiais de Construção, Lda	Murça	Declaração para manutenção de contrato de energia	13/08/2018	13/08/2018

Obras de escassa relevância urbanística				
Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação prévia	Data do Pedido	Data da Emissão
Adélia Macedo Martins Pereira Ricardo	Fiolhoso	Construção de um anexo até 30m2	17/07/2018	29/08/2018
Silvino do Couto Escalreira	Vilares	Reconstrução de um telhado	2018/07/16	2018/07/24

Licenças Especiais de Ruído				
Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação prévia	Data do Pedido	Data da Emissão
Comissão de Festas de Candedo	Candedo	Lic. Especial de Ruído	2018/06/19	2018/06/28
Fábrica da Igreja Paroquial de Murça	Murça	Lic. Especial de Ruído	2018/06/18	2018/06/21
Comissão de Festas de Paredes	Paredes	Lic. Especial de Ruído	2018/06/13	2018/06/21
Comissão de Festas de Cortinhas	Cortinhas	Lic. Especial de Ruído	2018/06/28	2018/07/13

Comissão de Festas Valongo de Milhais	V. Milhais	Lic. Especial de Ruído	2018/06/29	2018/07/13
Comissão de Festas em Honra de Santa Isabel	Jou	Lic. Especial de Ruído	2018/07/03	2018/07/17
Comissão de Festas dos Vilares	Vilares	Lic. Especial de Ruído	2018/07/11	2018/07/26
Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Toubres	Toubres	Lic. Especial de Ruído	2018/07/11	2018/07/26
Fábrica da Igreja Paroquial de Candedo	Martim	Lic. Especial de Ruído	2018/07/17	2018/07/27
Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Santo Cristo	Salgueiro	Lic. Especial de Ruído	2018/07/17	2018/07/27
Comissão de Festas de Porrais	Porrais	Lic. Especial de Ruído	2018/04/06	2018/07/26
Comissão de Festas de Vale D`Égua	Vale D`Égua	Lic. Especial de Ruído	2018/07/17	2018/07/26
Comissão de Festas de Cadaval	Cadaval	Realização de uma festa, nos dias 11 a 14 de agosto	31/07/2018	06/08/2018
Fábrica da Igreja Paroquial de Noura	Noura	Realização de uma festa, nos dias 11 a 14 de agosto	18/07/2018	06/08/2018
Comissão de Festas de Sobreira	Sobreira	Realização de uma festa, nos dias 17 a 21 de agosto	23/07/2018	09/08/2018
Comissão de Festas de Fiolhoso	Fiolhoso	Realização de uma festa, nos dias 17 a 21 de agosto	27/07/2018	09/08/2018
Comissão de Festas de Monfebres	Monfebres	Realização de uma festa, nos dias 10 e 11 de agosto	08/08/2018	09/08/2018
Comissão de Festas de Carva	Carva	Realização de uma festa, nos dias 01 a 04 de setembro	06/08/2018	13/08/2018
Fábrica da Igreja Paroquial de Palheiros	Palheiros	Realização de uma festa, nos dias 18 a 25 de agosto	09/08/2018	17/08/2018
Delegação da Cruz Vermelha de Murça	Murça	Realização de uma festa, nos dias 22 e 23 de agosto	21/08/2018	22/08/2018

Atividade Diversa				
Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação prévia	Data do Pedido	Data da Emissão
Clube Aventura do Minho	Murça	Autorização para Prova Desportiva de Automóveis – Rampa Porca de Murça	2018/07/18	2018/07/26

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que sobre a Informação Escrita e uma vez que ela foi distribuída, iria apenas realçar alguns pontos que entende serem importantes destacar:

Deu nota que no passado dia 2 de julho o vereador eleito pelo PS, José Maria Garcia da Costa, apresentou a sua renúncia ao mandato autárquico, passando a Vereadora Ana Paula Rodrigues Cruz a assumir o lugar vago de vereador, em regime de não permanência, na Câmara Municipal de Murça, na qualidade de cidadã eleita imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.

Focou o ponto sobre a reunião de avaliação da Feira Franca Porca de Murça 2018.

Na área da segurança referiu algumas iniciativas com a limpeza das faixas de gestão de combustível em algumas vias municipais, aludindo a que foi dada prioridade aquelas vias de acesso único a localidade. Trabalhos esses que não tinham sido orçamentados e que perfazem um total de aproximadamente 45 mil euros. Referiu ainda a aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Murça.

Deu nota das diversas reuniões efetuadas no âmbito da CIMDOURO.

Destacou a reunião efetuada no dia 21 de junho, no Município de Murça com a Direção Regional da Cultura do Norte, o Sr. Padre Sérgio Dinis e a Câmara sobre as obras da Capela da Misericórdia. Uma obra executada pela Câmara, com verbas da EDP atribuídas através da DRCN – Direção Regional da Cultura do Norte, que entretanto as transfere para a Câmara desenvolver todo o processo de intervenção daquele espaço, referindo que estão praticamente concluídos os trabalhos exteriores. No que respeita aos trabalhos a executar no interior da Capela disse que aquilo que está orçamentado ronda os 200 mil euros e o dinheiro disponível é de aproximadamente 115 mil euros.

Referiu que ainda em julho se realizou uma reunião do Conselho Consultivo da Comarca de Vila Real, em Vila Pouca de Aguiar onde foram discutidas algumas questões de interesse para o nosso território. Disse que relativamente ao Tribunal de Murça aproveitou para colocar algumas questões

relativas ao arquivo de alijo que deveria estar em Murça, assim como outras competências que poderiam ser canalizadas, para Murça.

Na sequência da queda de granizo, ocorrida no passado dia 28 junho, na zona da Terra Quente, referiu que foram feitos vários trabalhos no sentido de minimizar os estragos provocados e aproveitou mais uma vez, para lembrar a importância em se sensibilizar todos os agricultores, para fazerem um seguro de colheitas.

Disse que no âmbito do EHFT já foram feitas 22 reuniões do CAA – Comissão de Acompanhamento Ambiental, quando o previsto seria terminar a Comissão de Acompanhamento na 20ª reunião, mas, enquanto os trabalhos no Concelho de Murça não estiverem concluídos, este processo não irá terminar.

Referiu que a Câmara Municipal procurou apoiar logisticamente as festas em algumas aldeias. Sobre as festas da Vila de Murça, disse que a Comissão de Festas solicitou à Câmara Municipal um apoio financeiro, por forma a fazer face a algumas despesas, uma vez que as receitas referentes aos donativos não foram as esperadas.

Decorreu no passado dia 14 de julho, de forma animada e bastante agradável, o passeio às Termas da Curia e Nª Senhora dos Remédios, destinado à População Sénior do Concelho.

Referiu algumas reuniões realizadas no âmbito do Douro Histórico.

Focou uma ida a Lisboa, para uma reunião com o Secretário de Estado da Educação, no sentido de perceber e reverter, o porquê de em Março de 2018 ter sido atribuído, em reunião da rede de oferta formativa, um Curso CEF à Escola Profissional de Murça, que mais tarde se veio a verificar que não estava homologado na plataforma SIGO.

Sobre o ponto 14 e 15 – Campo de Férias “Verão 2018”, destacou este importante apoio às famílias de todo o concelho, com a ocupação das Férias Desportivas, referindo que pela primeira vez decorreu também um Campo de Férias, para crianças portadoras de deficiência.

O Município irá fornecer gratuitamente os livros de fichas, para o ano letivo 2018/2019, para todos os alunos do 1º e 2º Ciclos.

Sobre os caminhos agrícolas do concelho, disse que foram feitas algumas intervenções de melhorias.

Referiu ainda a adesão do Município de Murça à Associação Bagos D'Ouro.

Visita da Secretária de Estado da Administração Interna, a Murça, para tratar de assuntos relacionados com o quartel da GNR. Existe um projeto para a Escola nº 2 que em tempos foi efetuado e que agora poderá ser recuperado, para este investimento.

Referiu a realização da Prova Rampa Porca de Murça e do Festival 8 Mãos que decorreu em Murça no dia 17 de agosto, associado ao Dia do Emigrante. Destacou a visita do Secretário de Estado e do importante apoio dado pelo conterrâneo Carlos Pereira, das Comunidades Europeias. Concluiu

referindo que espera que possam surgir emigrantes empreendedores que queiram investir no nosso concelho.

No âmbito da descentralização de competências lançou um desafio ao Agrupamento de Escolas de Murça, para ficarem com a gestão do pessoal não docente.

No Centro Escolar irão procurar minimizar algumas situações que carecem ser resolvidas, nomeadamente o aquecimento.

Após uma inspeção e depois de analisado o relatório apresentado, decidiu o Executivo transferir as crianças do Amarelinho, para o Centro Escolar. O destino a dar aquele espaço, ainda não está definido.

Quanto ao Estatuto do Direito de Oposição, disse que foi dada a oportunidade de ouvir todos os interessados da ação política, para se pronunciarem sobre o relatório/proposta.

Aludiu a uma reunião da CIMDOURO decorrida em Murça, no espaço da Adega Cooperativa de Murça. Dos diversos pontos tratados na reunião, destacou a discussão do ponto sobre a situação da Casa do Douro.

Deu nota da aquisição de duas carrinhas de 9 lugares e ainda da aquisição de vários projetos de execução de requalificação de espaços públicos.

Mencionou os diversos contratos de empreitadas em execução, as diversas candidaturas a programas de financiamento e ainda os diversos trabalhos realizados em vários pontos do concelho.

- A deputada do PS, Edite Sousa, cumprimentou todos os presentes e referindo-se à extensão da Informação Escrita e à explicação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a mesma, disse que pouco mais havia para falar e questionar.

Quanto à avaliação sobre a Feira Porca de Murça, realizada na Semana do Município, disse que em seu entender os inquéritos deveriam ter sido feitos não apenas aos expositores, mas sim à população em geral.

Sobre o ponto 6 onde refere a realização de uma reunião sobre as obras da Capela da Misericórdia, questionou porque é que a Santa Casa da Misericórdia não foi convidada a estar presente, uma vez que é ela a proprietária daquele equipamento religioso. Aludiu a que aquele equipamento é pertença da Santa Casa da Misericórdia, manifestando enquanto Provedora daquela instituição, total desagrado pelo facto de não lhe ter sido dado conhecimento da realização da mesma.

Sobre o ponto 13, disse que também a Santa Casa não esteve representada na referida reunião, porque desconhecia que a mesma tivesse sido agendada.

Quanto às festas da Vila de Murça, disse estar agradada pelo facto do Sr. Presidente agora já gostar de ir às festas e ainda bem, porque sendo a entidade máxima do concelho é importante que o faça.

Alertou para a existência de algumas gralhas ortográficas na Informação Escrita, solicitando algum cuidado aquando da redação do documento.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe, cumprimentou todos os presentes, em especial o seu colega e Amigo José António P. Sousa e restante executivo, pelo acolhimento. Deixou ainda uma saudação à população da União de Freguesias de Carva e Vilares, agradecendo a presença de todos.

Referiu o ponto 8 da Informação Escrita, aproveitando para formalmente agradecer a ajuda dos trabalhadores da Junta de Freguesia de Candedo na limpeza das estradas. Felicitou o executivo pela intenção de criar o tal seguro de colheitas, dado ser de extrema importância. Solicitou ao executivo que procure dialogar mais com as juntas, porque sido feitas intervenções de manutenção em algumas aldeias sem que a Junta de Freguesia tenha conhecimento.

Relativamente ao ponto 17, agradeceu o apoio prestado pelo Município nas intervenções dos caminhos agrícolas e esclareceu que estas intervenções não foram apenas porque os agricultores o pediram, conforme é referido pelo Sr. Presidente da Câmara na Informação Escrita, mas também porque já no dia 6 de julho a sua Junta de Freguesia tinha apresentado essa preocupação através de E-mail enviado à Câmara Municipal, solicitando uma reunião com o executivo e manifestando disponibilidade em fazer o levantamento dos caminhos a intervir. Disse pretender saber se a preocupação manifestada pelos agricultores foi apresentada por escrito e ainda quem foram os subscritores, da mesma. Esclareceu que a reunião que tinha sido solicitada à Câmara aconteceu no dia 24 de julho de 2018, estando presentes ele, o Secretário da junta, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vice-Presidente da Câmara. Entretanto, no dia seguinte ele voltou a reunir com o Sr. Eng.º João Martins e com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, com o intuito de fazerem um levantamento dos caminhos que precisavam de intervenção. Quando no dia seguinte, a junta fez chegar à Câmara o levantamento solicitado, o Sr. Vice-Presidente ter-lhe-á dito que ainda seria necessário esclarecer quais seriam as intervenções prioritárias e ainda que intervenções seriam efetuadas pela Câmara ou pela Junta de Freguesia e qual não foi o seu espanto quando no dia 26 de julho foi informado pelo seu secretário da junta que ele teria sido convocado, para estar presente numa reunião de esclarecimento sobre o tipo de intervenções que iriam ser efetuadas e ele que é o Presidente de Junta daquela freguesia não ter tido qualquer conhecimento, da mesma.

Sobre a informação que a Câmara Municipal disponibilizou colocando comunicados nos lugares de estilo, referindo que a junta a que tem o dever de fazer a manutenção dos caminhos agrícolas, disse que esses comunicados não foram para esclarecer o tipo de intervenção a ser efetuada, porque quem

ler o comunicado entende o que ele quer transmitir. No entanto, a preocupação da junta relativamente ao estado degradado dos caminhos é real e já foi manifestada.

Disse, que contrariamente ao manifestado no comunicado, o Protocolo de Delegação de Competências não é para limpar caminhos agrícolas. O protocolo ainda não foi assinado, mas estão disponíveis, para discutir o porquê do mesmo não ter sido assinado.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Luís Miranda, cumprimentou todos os presentes e pediu desculpas por ter chegado atrasado à sessão.

Relativamente ao ponto 17, disse ter ficado triste, embora concorde que a Autarquia se deve preocupar e apoiar quando é necessário, apenas lamenta que os vitivinicultores de Noura não tivessem essa sorte, pois também na sua freguesia existem muitos caminhos agrícolas bastante degradados e muitos deles fazem fronteira com alguns da Freguesia de Candedo que foram intervencionados. Admite que a decisão de apenas intervir em caminhos da Freguesia de Candedo, não seja apenas culpa do Executivo, pois quer crer que não. Acredita que tenha sido a pessoa que andava com a máquina ou algum Fiscal e que tenha feito o mesmo que fez há dois ou três dias atrás com um muro em Noura. Esclareceu que há um ano atrás um proprietário de Noura cedeu 100 metros de comprimento por 2 de largo, a Junta de Freguesia juntamente com a Câmara construiu o muro e agora aquando do pedido da Licença o mesmo fiscal vai direto ao muro fazer as medições, referindo não se lembrar que tenha sido ele mesmo a fazê-las, aquando da realização daquela obra.

- O Presidente da Junta de freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, saudou todos os presentes e em especial o seu colega da União de Freguesias de Carva/Vilares.

Aludiu ao sentido de humor do Sr. Presidente da Câmara, referindo que não são apenas eles que são políticos, porque também o Sr. Presidente já cá anda há muitos anos, admitindo contudo, de gostar bem mais de boas políticas do que de políticos bons.

Sobre a Informação Escrita, disse congratular-se com a extensão da mesma e disse que gostava de realçar o ponto 2 – Feira Franca, defendeu que independentemente de tudo é sempre bom haver mudanças. Disse estranhar o facto de ao preencherem o inquérito nenhum expositor ter referido o calor excessivo que estava dentro do Pavilhão e que apenas uma pequena percentagem se tenha queixado daquele problema, porque nas várias visitas que ele próprio fez à feira, ouviu tanto expositores como a visitantes, manifestarem esse problema.

Sobre o ponto 10 – Festas da Vila de Murça, referiu que todas as Comissões de Festas trabalham gratuitamente na organização das festas e honra lhe seja feita a todas elas, por todo o trabalho e tempo dispensado. Agora, quem não tiver conhecimento do que se passou dá a sensação que a

Câmara Municipal de Murça a que salvou a Comissão de Festas da Vila e que se não fosse a Câmara eles ficariam a dever, referindo que em sua opinião seria muito mais correto acertar uma verba de apoio.

Disse defender a realização da atividade Passeio de Idosos como sempre defendeu.

Sobre a recuperação da Casa do Herói Milhões, disse ainda bem que há vontade em fazer alguma coisa por aquele espaço e que aquela obra possa ser feita.

Quanto à Zona Industrial disse congratular-se com o facto de pretenderem abraçar aquele problema que se arrasta há vários anos. A Zona Industrial é o ponto fulcral para tentar estancar a fuga dos nossos jovens, para fora do concelho à procura de emprego.

Sobre o ponto 40 – estádio Municipal, disse esperar que se resolva a questão do relvado o mais breve possível.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondendo às questões colocadas, disse registar a opinião deixada pela deputada do PS, Edite Sousa, sobre o processo de avaliação da Feira Franca. Quanto à propriedade da Capela da Misericórdia disse que é algo que não o preocupa e que também não teve qualquer interesse e não houve qualquer intenção em que a Santa Casa não estivesse representada e não tivesse participado naquele encontro, para dar sugestões. Disse que mais importante do que quem é o proprietário daquele equipamento religioso é procurar que ele possa estar à disposição de todos e nas devidas condições. Sobre a ida a Lisboa, disse que apenas foi quem deveria ter ido. Quanto às gralhas no texto, reconhece que existem algumas, mas que o mais importante é o conteúdo e não a forma e o estilo de cada um.

Sobre o encontro que teve com o Presidente da união de Freguesias de Noura e Palheiro, Luís Miranda disse que não era necessário tê-lo referido aqui. Os assuntos tratam-se como o Zito fez, solicitando à Câmara uma reunião para expor os seus problemas e para discutir a forma de os procurar resolver, porque o informalismo e o à vontade só se for em benefício das pessoas.

De todo o ponto 17, aludiu aos caminhos vicinais e deixou um reparo à ação do Presidente da União de Freguesias de Noura/Palheiros, referindo que este já é o seu 2º mandato e que deveria ter enviado um ofício à Câmara a informar quais são os caminhos vicinais da sua freguesia. Porque não é admissível que uma junta não saiba quais os caminhos vicinais que são da sua responsabilidade.

Sobre a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, disse que a Câmara sempre que puder deve procurar corrigir aquilo que está mal, sem que seja necessário discutir a forma e as intenções. Porque se os caminhos vicinais são uma competência da Junta e foi a Câmara a fazer essas intervenções, faz todo o sentido que essa informação seja prestada aos munícipes, por forma a

saberem o tipo de intervenção que ia ser feita nos caminhos e também para que pudessem acompanhar o decorrer dos trabalhos.

As intervenções que foram feitas na freguesia de Candedo também poderiam ter sido feitas na freguesia de Noura se o tivessem solicitado, pois com certeza também teria havido o apoio da parte da autarquia, porque o mais importante é ajudar a criar as melhores condições possíveis a todos os agricultores.

Sobre a questão de um muro, em Noura, referida pelo Luís Miranda explicou que ter um muro particular com a respetiva licença, deveria ser uma prioridade para qualquer pessoa e o facto de se deixar aquilo devidamente formalizado é certamente positivo, para qualquer questão de titularidade e propriedade.

Referindo-se à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, disse que ele não se pode queixar porque lhe foi dada a liberdade de se manifestar como quis e enquanto quis e ninguém o impediu de falar. Quanto às Festas da Vila, disse que após várias reuniões entre a Câmara e a Comissão de Festas houve da parte da autarquia um desafio lançado, para que fizessem a festa sem o apoio financeiro da Câmara Municipal. A Comissão de Festas aceitou esse desafio e fez um excelente trabalho com a dinamização de diversas atividades ao longo do ano, mas os donativos não foram os esperados e há um desequilíbrio nas contas. Foi num formato diferente e se as receitas superassem as despesas já não seria necessário a Câmara Municipal ajudar financeiramente. Este desafio foi feito sem qualquer outra intensão, apenas para não se estar a assumir despesas só por assumir. Após reunião a autarquia pediu as contas para fazer análise às mesmas e fazer uma proposta dentro de valores razoáveis, para levar à reunião de Câmara e deliberar um apoio financeiro a dar à Comissão de Festas.

Sobre a Feira Franca referiu que também ninguém escondeu que a questão do calor é um problema que precisa ser resolvido, mas não é preciso fazer disto um drama. É apenas uma questão que é necessário resolver, numa próxima edição.

Concluiu referindo que tem orgulho no lugar que está a ocupar e que as intenções são as melhores, garantindo que mais ou menos emotivo sobre estas coisas, prefere que seja acusado de ter feito as coisas da maneira menos correta do que por não as fazer, porque ao fazer estas intervenções é sinal que está a ajudar as pessoas. Agora, é preciso que os Srs. Presidentes de Junta transmitam as suas preocupações no lugar próprio e desafiem o executivo a ir ao terreno ver as necessidades e a procurar encontrar soluções de as resolver e não apenas aproveitar falar nelas, porque se encontraram ocasionalmente.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Luís Miranda, pediu desculpa por ter dito que estiveram juntos, pois não voltará a fazê-lo. Disse ainda pretender esclarecer que o Sr. Presidente não percebeu bem a situação do muro. Concorde que o muro tem de ser licenciado e muito bem, agora a pessoa que foi lá tirar medidas e fotografias dizer ao proprietário que não sabia o que se estava a tratar, isso é que é complicado e absurdo.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse ao Luís Miranda que referiu que estiveram juntos, como poderia ter dito que esteve com outro elemento qualquer, não percebendo o porquê do sentido humorístico manifestado. Disse ainda, que também esteve com o Presidente da Junta de Candedo a discutir problemas da junta e isso nunca foi nem será um problema. Já são amigos há muitos anos e muitas mais vezes irão estar juntos, quanto mais não seja para beber um copo ou para discutir questões de caminhos ou outras e que todos sabem bem quais são as suas intenções.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, esclareceu que o seu Grupo Parlamentar não comentou o relatório referido no ponto 27, grau de observância do estatuto do direito de opinião, porque o mesmo diz respeito ao ano de 2017 e que durante esse ano este grupo parlamentar apenas teve 70 dias em situação de oposição, remetendo as considerações para o relatório de 2018, deixou no entanto apenas uma observação que diz respeito à não atribuição de uma sala autónoma e equipada para exercer as funções inerentes à oposição, mesmo depois de solicitada várias vezes pelos vereadores da oposição.

Elogiou a postura dos membros do governo de Portugal, uma vez que têm visitado Murça nos últimos tempos o que é um sinal positivo da política do governo do PS para com a região de Murça, ao contrário do governo do PSD/CDS que nunca visitou Murça ao longo do último governo, mas mais importante que as visitas são os resultados das mesmas, pelo que saudou a vinda do Secretário de Estado da Educação que veio assumir o financiamento da Orquestra Energia de Murça, da Secretária da Administração Interna que veio inteirar-se e retomar o projeto do futuro quartel da GNR de Murça, projeto que o anterior executivo da Câmara Municipal desenvolveu e que foi congelado pelo governo PSD/CDS e por fim a vinda do Secretário de Estado das Comunidades que veio homenagear os nossos emigrantes.

Relembrou ao executivo que, em virtude das decisões tomadas pelo PSD, o Concelho de Murça não tem nenhum apoio social em vigor e que essa situação deve ser rapidamente revertida.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e deu os parabéns à Câmara Municipal por estar a diminuir a dívida do Município.

Referiu o ponto 16 porque apesar das dificuldades financeiras da Câmara, continuam a apoiar e acredita que é com estas iniciativas que Murça irá mudar, referindo estar convicto que aquilo que prometem é para cumprir, nomeadamente a recuperação da casa do soldado “Herói Milhões”, tantas vezes prometida pelos anteriores executivos. Concluiu, referindo que deve acabar de uma vez por todas de continuar a investir na Zona Industrial sem que haja qualquer retorno com a implantação de novas empresas. Que consiga por aquele espaço de uma vez por todas, ao dispor de quem lá queira investir e que traga mais-valias para o nosso concelho.

2 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2018;

(Alínea c) do nº 1 do artigo 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, questionou o executivo sobre qual o valor previsível da aplicação da taxa

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, a estimativa é de 2000€ a mais.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

_____//_____

3 – Participação variável no IRS para 2019;

(Alínea c) do nº 1 do artigo 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

4 – Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de Contrato de Fornecimento e Transporte de Refeições Escolares, para o ano letivo de 2018/2019;

(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, sendo o valor da refeição de 1,16€ que é muito baixo e porque ao longo dos anos têm surgido críticas, sugeriu que o serviço pudesse ser auditado externamente, por exemplo pela Associação de Pais e que a mesma pudesse remeter à Assembleia Municipal um relatório/parecer sobre a qualidade do serviço.

“ A Assembleia tomou conhecimento”

5 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo ao Ajuste Direto para fornecimento de Serviços de Transportes Escolares no Circuito Terra Quente e Terra Fria, para o ano letivo de 2018/2019;

(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

“ A Assembleia tomou conhecimento”

6 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo ao Ajuste Direto para fornecimento de Serviços de Transportes Escolares no Circuito Terra de Montanha, para o ano letivo de 2018/2019;
(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

“ A Assembleia tomou conhecimento”

7 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a Consulta Prévia para fornecimento de equipamentos multifuncionais de impressão e cópia, para o Município;
(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

“ A Assembleia tomou conhecimento”

8 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de contrato de prestação de serviços – Contrato de tarefa, de cinco operacionais;
(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

- A deputada do PS, Paula Catarino, questionou porque é que a Câmara não usou aquele concurso que estava a decorrer para os vinte (20) operacionais.

“ A Assembleia tomou conhecimento”

9 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de contrato de prestação de serviços – Contrato de avença, de um Técnico Superior na área da Atividade Física e Desportiva;
(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

- A deputada do PS, Paula Catarino, será que a Câmara Municipal não poderia ter resolvido esta situação recorrendo à Lei dos Precários?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, sobre o ponto 4 da Ordem de Trabalhos – serviço de refeições, disse que este serviço é objeto de um concurso, onde as empresas concorrem com regras bem definidas, referindo que as exigências têm de existir, mas que existe um espaço limite da intervenção da Autarquia. Aquele é um serviço certificado e auditado. Os pais têm todo o

direito de procurar saber como as coisas estão a correr. Na Câmara já foram discutidas as várias questões que foram surgindo sobre o assunto das refeições e o que têm procurado fazer é que a empresa cumpra com aquilo que lhe é exigido, procurando fazer visitas periódicas e a estar atentos. Quanto às questões colocadas pela deputada Paula Catarino, respondeu que não é intenção deste executivo manter um concurso, naqueles termos. Todas as contratações aqui referidas estão ligadas à Área Educativa e da Ação Social. O que se está a pretender fazer é manter um serviço que de alguma forma já existe e muitos deles são conseguidos através da Medida Contrato Emprego Inserção (CEI e CEI+) do IEFP.

Sobre os precários disse que é um assunto preocupante, mas não é para se fazer de forma precipitada e não ponderada. A questão dos recursos humanos tem de ser devidamente analisada, conforme é demonstrado no regulamento que irá ser apreciado e votado mais adiante, no ponto 11 desta Ordem de Trabalhos. Ou seja, sem se saber o espaço de manobra, que ações têm de cumprir e sem que primeiro se procure fazer a reestruturação dos serviços, para saber exatamente quais as necessidades, tanto de chefias como de colaboradores que é necessário ter em cada uma das unidades orgânicas, isso não irá acontecer.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, questionou se a janela de oportunidades que a legislação da legalização dos precários promoveu, ainda está aberta. Disse que na Sessão Ordinária da AMM de fevereiro de 2018, o Grupo Parlamentar do PS alertou para esta situação e seria importante saber se ainda é permitido redimir o erro e regularizar a situação, pelo menos e em sua opinião a dos técnicos de desporto, que há vários anos se encontram em situação de precariedade.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que relativamente aos precários existem várias situações e não apenas a dos técnicos de desporto. Referindo-se ao concurso de recrutamento dos vinte colaboradores explicou que a decisão que foi tomada foi a que entenderam ser a mais correta. O processo decorreu num período em que não deveria ter acontecido. A avaliação dos concorrentes teria necessariamente de ser feita por uma nova comissão de avaliação, até porque as suas exigências não seriam as mesmas dos elementos da comissão de avaliação anterior. Também pelo facto de terem enviado um ofício aos concorrentes a informar que tinham sido selecionados em semana eleitoral, criando falsas expectativas, não foi a atitude mais correta.

- A deputada do PS, Paula Catarino, disse que em seu entender, qualquer um dos concorrentes que reunisse as condições exigidas seria admitido e o facto de terem sido muitos concorrentes admitidos não significa que se tenham criadas falsas expectativas. Frequentemente acontece haver concursos

públicos ou não, com centenas de concorrentes para apenas uma meia dúzia de vagas. O executivo ponderou da maneira que entendeu, mas acontece que após todos estes meses em funções já deveriam ter decidido se o concurso é cancelado ou não, acabando de vez com as expectativas criadas.

“ A Assembleia tomou conhecimento”

10 – Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Murça – 1º semestre de 2018;
(nos termos do nº 6 do artigo 59º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

- A deputada do PS, Paula Catarino, alertou que no relatório quando se refere ao mês de junho, está escrito 31/06/2018, solicitando que o mesmo seja corrigido.

Ausentou-se temporariamente da sessão o deputado do PS, Manuel Ramos

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Regressou à sessão o deputado do PS, Manuel Ramos

Ausentaram-se da sessão os deputados do PS, Arménio Ribeiro e Alfredo Veloso

11 – Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Murça;
(Alínea k) do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 setembro)

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, disse que de facto é de estranhar que no decorrer de 6 meses sejam apresentados 4 documentos completamente diferentes sobre o mesmo assunto.

Curiosamente, cada vez que é apresentada uma proposta de reorganização dos serviços do Município de Murça, ou proposta de regulamento de organização dos serviços do Município, tais documentos consistem em acrescentar mais algum gabinete ou mais um chefe de divisão, nomeadamente:

Em Fevereiro de 2018 - Proposta de reorganização de serviços - incluía 2 gabinetes, 5 chefes divisão, 4 unidades orgânicas de 3º grau.

Em Abril de 2018 - Proposta de regulamento de organização de serviços - incluía 3 gabinetes, 5 chefes divisão, 4 unidades orgânicas 3º grau

Em Junho de 2018 - Proposta de reorganização de serviços - incluía 3 gabinetes, 6 chefes divisão, 4 unidades orgânicas 3º grau, e 8 subunidades orgânicas.

Em Setembro de 2018 - Proposta de regulamento de organização dos serviços - inclui 4 gabinetes, 6 chefes divisão, 4 unidades orgânicas 3º grau e 8 subunidades orgânicas.

Referiu que por diversas vezes este assunto foi debatido e o Grupo Parlamentar do PS tem mantido a mesma posição, embora entendam que compete ao executivo desta autarquia a responsabilidade de assumir os seus atos e as suas tomadas de posição e consequentemente definir a organização dos serviços municipais.

Esta é uma situação preocupante, pois ao nível de custos com pessoal todas estas alterações certamente irão refletir-se nas despesas correntes que tanto diz querer reduzir, reiterando que para um município tão pequeno como este a estrutura apresentada parece-lhes demasiado pesada, tendo sérias dúvidas que o senhor presidente acredite serem necessários tantos lugares de chefia, para um município com esta dimensão.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, esclareceu que dos quatro momentos referidos sobre este assunto, apenas importa referir dois que são, a proposta da reorganização dos serviços com a definição das respetivas unidades orgânicas e esta última com a proposta de regulamento dos serviços.

O que gerou confusão foi o facto de se ter levado à sessão ordinária de fevereiro o organograma quando não era obrigatório, porque o que estava em causa era a proposta de reorganização dos serviços com a ocupação dos lugares e só agora a que o organograma deveria ser apresentado com a proposta de aprovação do regulamento.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que o deputado José Santos esclareceu aquilo que era importante esclarecer, reiterando que das quatro propostas apresentadas, duas são sobre a reorganização e as restantes são sobre o regulamento. Agora, o que aconteceu é que no 1º documento de reorganização, para além da necessidade daquilo que faria sentido em termos orgânicos, juntou-se o organograma gerando confusão. Quando na verdade, ele nem sequer deveria ter sido apresentado, porque nem sequer era obrigatório.

Aquilo que foi proposto no primeiro documento à Câmara e à Assembleia era a quantidade que permite ter de unidades orgânicas de 2º e 3º grau e subunidades orgânicas, nomeadamente 5 de 2º grau, 4 de 3º grau e 4 subunidades orgânicas.

Nessa primeira discussão sobre a reorganização foi dito que não tinha sido dada a devida importância à ação social e o que está aqui apresentado é para ter mais divisões, incluindo essa.

Disse ainda que foi pedida autorização para ter mais um gabinete e que foram criadas mais subunidades porque na autorização anterior nem sequer existiam subunidades suficientes para aquilo que já existe no quadro da Câmara, sendo que esta é a única vez que o Regulamento de Organização dos Serviços vem à assembleia.

Votação:

Votantes	20
Abstenção	00
Contra	09
A Favor	11

Deliberação: aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

“O deputado do PS, João Carlos Gomes, justificou a ausência da sala no momento da votação deste ponto do deputado do PS, Arménio Ribeiro, por ser simultaneamente funcionário da Câmara Municipal de Murça”.

Regressaram à sessão os deputados do PS, Arménio Ribeiro e Alfredo Veloso

12 – Candidatura “Trilho do Fidalgo” – Submissão de Candidatura e reconhecimento de Interesse Municipal, para as populações e para a economia local;
(Alínea ccc) do nº 1 do artigo 33 da lei nº 75/2013, de 12 setembro)

- O Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Marques, cumprimentou todos os presentes e relevou a descentralização destas sessões, especialmente naquilo que é a proximidade efetiva entre os eleitos e eleitores.

Disse que esta candidatura é submetida ao Douro Histórico, no âmbito do Programa Desenvolvimento Rural 2020. Ela visa a valorização de aldeias e enquadra aquilo que são ações vocacionadas para o tecido económico rural.

Esta candidatura nasce num contexto em que já existem no município alguns trilhos, nomeadamente dois na zona da Terra Quente, ao abrigo daquilo que é a ação do PNRVT.

Com esta ação, pretende-se ter um percurso que nasça no centro da vila, valorizando alguns aspetos naturais, nomeadamente o rio, mas também que permita a sinalização descritiva dos monumentos que estão classificados como municipais ou de interesse público municipal.

Vir a esta assembleia, prende-se com o facto de que até ao dia 17/09, esta candidatura ter de ser submetida e de necessitar das certidões com as respetivas deliberações, após aprovação em reunião de Câmara e em reunião da Assembleia Municipal.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, disse concordar com esta candidatura e que esta era uma situação onde o interesse público municipal fazia sentido, pois trata-se de um projeto publico que irá valorizar o território e fazer a ligação do rio e do património natural com a vila e do património edificado, referiu que este é, ao fim de um ano de mandato, um projeto interessante e pensado, felicitando o executivo pelo mesmo.

Lembrou que com este caminho pedestre os trilhos PNRVT e o do soldado milhões, fica a faltar um projeto para a Terra Fria que não deve ser excluída desta política de pedestrianismo, sugerindo que o

património classificado das madorras em Fiolhoso, a aldeia tradicional da Asnela, os relógios de sol de vilares, ou o vértice geodésico de Carva, pudessem ser impulsionadores de um trilho da terra fria.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

13 – Definição da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;
(Alínea b) do número 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 setembro)

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

14 – Redução do pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias com dependentes a cargo;
(Alínea b) do número 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 setembro)

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

15 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de contrato de prestação de serviços – Contrato de tarefa, de dois operacionais para o Agrupamento de Escolas;
(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

A Assembleia tomou conhecimento

16 - Autorização para a assunção de encargos plurianuais, relativo a celebração de contrato de prestação de serviços – Contrato de avença, de seis técnicos superiores, para integrar equipa multidisciplinar no âmbito dos Planos Integrados e Inovadores de Complemento ao Insucesso Escolar do Concelho de Murça;
(nos termos do ponto 3 da Autorização Genérica para dispensa prévia da AMM, de 28/12/2017)

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, disse que este projeto foi preparado, candidatado e aprovado pelo anterior executivo e que quando o atual presidente da Câmara Municipal teve dele conhecimento não gostou do mesmo e classificou-o “de pouco recomendável”, felicitou-o por ter mudado de opinião e a Câmara Municipal não ter desistido da candidatura.

Recomendou que os relatórios deste projeto e demais informação como a própria candidatura e os planos de atividades fossem enviados para conhecimento dos grupos parlamentares.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu o deputado do PS, Arménio Ribeiro que dos 19 municípios da CIMDOURO todos aderiram a este projeto. Portanto, herdaram um projeto ao qual tinham direito, assim como o PARU, entre outros. Não importa referir o passado e a herança deixada porque ela já poderia estar em curso, como em alguns municípios da CIM que antes do fim de 2017, já tinham executado estas candidaturas. Disse ainda que a candidatura foi feita e que vai ser gerida pelo Agrupamento Vertical de Escolas, uma vez que a equipa multidisciplinar irá estar ao serviço da educação faz todo o sentido que seja gerida por quem está na educação.

A Assembleia tomou conhecimento

17 – Reconhecimento de interesse público Municipal.

(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

- A deputada do PSD, Catarina Gouveia, cumprimentou todos os presentes e disse que relativamente a este ponto e segundo seu entendimento o que lhe parece é que a Assembleia Municipal apenas e só terá de votar o Interesse Público Municipal, todo o resto cabe à Direção Regional decidir.

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, insistiu que este ponto não deveria constar na Ordem de Trabalhos porque é extemporâneo, questionando como é que a Assembleia Municipal vai votar algo que viola o PDM e ainda por cima é desnecessário porque atento à dimensão da exploração a mesma não carece de licenciamento. A proposta do seu grupo parlamentar foi para que ele fosse retirado da Ordem de Trabalhos, caso contrário e porque não concordam votar algo que é ilegal serão obrigados a ausentarem-se da sala, para não participarem na votação.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, reitera que a responsabilidade da Câmara e da Assembleia Municipal é apenas discutir o Interesse Público Municipal.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, disse corroborar com o colega de bancada, deputado João Carlos Gomes e que enquanto deputado não votaria este ponto pois considera que o que lhe estão a

solicitar se trata de uma ilegalidade ou de uma nulidade e que os deputados sempre que tenham consciência das ilegalidades, nulidades ou inconformidades não devem deliberar sobre as mesmas, mas alerta a Mesa da Assembleia Municipal, para os factos e espera que o ponto não seja apreciado.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, de acordo com a informação técnica, propor à Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público Municipal da regularização da atividade em causa e que a Câmara só não o fez porque não é uma competência sua. Respeita a opinião de cada um, agora, se estivermos a cometer uma ilegalidade do PDM é uma prerrogativa que vocês têm, mas não podem transformar uma situação destas ser vista como uma questão política com esse alcance. Pode ser uma pequena ou grande exploração o que não devemos é que por decisões da Assembleia Municipal impedir o desenvolvimento económico do concelho. Se entretanto outras entidades competentes derem cobertura a isto de forma legal, como se pode ler na informação técnica: *“ considerando que, a constatação de muitos casos de exploração que não conseguiram, dentro do período concedido, regularizar a sua situação, motivou a promoção de diligências junto da tutela da administração central, a solicitar a prorrogação do prazo do regime excecional de regularização, para contemplar pedidos referentes a casos que não conseguiram concluir os seus processos no período que terminou em 4 de janeiro do corrente ano”*, ou seja, só vamos por esta via porque pela anterior não era possível. Cada um deve assumir a sua responsabilidade e se a vontade de se retirarem da sala for uma opção não altera o seu espírito. Votarão sozinhos, até porque entende que votar contra seria mais responsável do que fugir à votação.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, esclareceu que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, de acordo com a informação técnica, propor à Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público Municipal e quando se está sempre a falar que temos um concelho desertificado e quando alguém investe e cria postos de trabalho é necessário tomar opções. Quanto ao impacto ambiental é uma competência da DRAPN até porque aquela exploração já se encontra em exercício há vários anos.

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, uma vez que vão deliberar o ponto em questão, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia autorização para se ausentarem.

Com autorização dada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ausentaram-se da sessão todos os deputados da Bancada do PS: Edite Sousa, Paula Marcolino, Arménio Ribeiro, Manuel Ramos, Alfredo

Veloso, João Carlos Gomes, Marcolino Santos e os Presidente de Junta de Freguesia de Candedo, Valongo de Milhais, União de Freguesias de Noura e Palheiros e a representante da Junta de Freguesia de Fiolhoso

Votação:

Votantes	11
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	11

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Regressaram à sessão todos os deputados da Bancada do PS: Edite Sousa, Paula Marcolino, Arménio Ribeiro, Manuel Ramos, Alfredo Veloso, João Carlos Gomes, Marcolino Santos, os Presidente de Junta de Freguesia de Candedo, Valongo de Milhais, União de Freguesias de Noura e Palheiros e a representante da Junta de Freguesia de Fiolhoso

_____/_____/_____

Período de Intervenção do Público

“Não houve intervenções”

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, registou com agrado o trabalho prestado pelos colaboradores da autarquia com a descentralização destas sessões e agradeceu de forma especial ao Presidente da União de Freguesias de Carva /Vilares, por todo o apoio e disponibilidade demonstrada.

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

2 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2018;

(Alínea c) do nº 1 do artigo 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

3 – Participação variável no IRS para 2019;

(Alínea c) do nº 1 do artigo 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

10 – Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Murça – 1º semestre de 2018;

(nos termos do nº 6 do artigo 59º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

11 – Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Murça;

(Alínea k) do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

12 – Candidatura “Trilho do Fidalgo” – Submissão de Candidatura e reconhecimento de Interesse Municipal, para as populações e para a economia local;

(Alínea ccc) do nº 1 do artigo 33 da lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

13 – Definição da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;

(Alínea b) do número 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro)

14 – Redução do pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias com dependentes a cargo;

(Alínea b) do número 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro)

17 – Reconhecimento de interesse público Municipal.

(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

Votação:

Votantes	22
Contra	11
Abstenções	00
A Favor	11

Deliberação: Aprovada por maioria, com voto de qualidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, pediu a palavra para fazer uma declaração de Voto em nome da sua Bancada Parlamentar: *“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra a aprovação da minuta porque estamos perante uma ilegalidade. Com a autorização do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ausentou-se no Ponto 17, deixou de haver quórum e, no entanto, foi votado esse ponto. Portanto, não podia de forma nenhuma, ser votado esse ponto. Isso é uma ilegalidade e não podemos deixar de votar contra”.*

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrada a sessão e agradeceu a presença de todos.

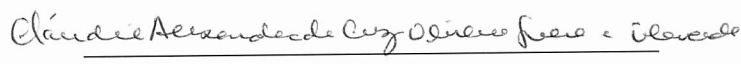
Os trabalhos encerraram às 19:horas, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



António Augusto Ribeiro

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal



Cláudia Alexandra C. O. G. e Vilaverde

(a) — Ordinária ou extraordinária. (b) — Presidente, Secretários e Vogais, mencionando-se por esta ordem, devendo mencionar-se, em letra legível, antes de cada sessão ou reunião, cabendo aos próprios apenas a assinatura. (c) — Ou nota de falta. (d) — Anotar a justificatioão de falta de cada sessão que se considerou.

Mod. 164-B — Gráfica Ideal-Agueda - 7.77